

Zimbira

092449090531@tre-ba.gov.br

**Pedido de esclarecimento - TRE-BA**

**De :** Ivani Alves Bitencourt Costa  
<ivanialves@cjee.org.br>

Sex, 20 de mar de 2020 13:00

**Assunto :** Pedido de esclarecimento - TRE-BA

**Para :** mahereda@tre-ba.jus.br

**Cc :** Analise de Contratos  
<analisedecontratos@cjee.org.br>, Central  
Nacional de Licitação - CIEE <cnl@cjee.org.br>

As imagens externas não são exibidas. [Exibir as imagens abaixo](#)

Boa tarde!

Solicitamos tempestivamente os esclarecimentos referentes ao Pregão eletrônico 18.2020 para contratação de Agente de Integração para operacionalização do Programa de Estágio.

Grata;

			DESCRIÇÃO	QUESTIONAMENTO
E D I T A L	T E R M O D E R E F .	C O N T R A T O		
1 0 . 9	*	*	O preço proposto no lance final, ou aquele obtido por meio de negociação, será <b>fixo e irrealizável</b> e nele deverão estar incluídos os tributos, fretes e demais encargos necessários ao fornecimento do objeto licitado.	Acerca dos valores do contrato, questionamos como será realizado o reajuste desse e qual o índice que deverá ser utilizado. Ressaltamos que a não concessão de reajuste no instrumento viola o princípio da isonomia. Diante do exposto, solicitamos que sejam explicitados, nos editais e contratos administrativos, os critérios de reajustamento de preços, nos termos do art. 40, inc. XI, da Lei 8.666/93.
* . 1 . 2	3	*	Promoção de processo seletivo, dentre os candidatos inscritos para as vagas ofertadas de nível superior e de nível médio, regular ou profissionalizante, composto por <b>avaliação objetiva (presencial)</b> , mediante ampla divulgação nas principais Instituições de Ensino Superior, Ensino Médio e Médio Profissionalizante da Bahia, credenciadas pelo Ministério da Educação.	Considerando que o Termo de Referência que determina a "avaliação objetiva", solicitamos esclarecer algumas informações sobre o processo seletivo, visto que as mesmas terão impacto na composição do custo. <ul style="list-style-type: none"> <li>Qual será a periodicidade do processo seletivo por ano?</li> <li>Qual a quantidade de questões?</li> </ul>

				<ul style="list-style-type: none"> <li>Haverá questões de conhecimentos específicos? Quantas? Para quais cursos?</li> </ul>
*	4 . 1	8. 1 u	<p>Durante a execução dos serviços, a contratada deverá desenvolver as atividades descritas a seguir:</p> <p>g) comunicação ao Contratante com periodicidade diária, de processos pendentes e de quebras de vínculo entre o estudante e a instituição de ensino;</p>	<p>Considerando que a Instituição de Ensino é parte na relação de estágio e que a mesma não permite a intervenção ou mesmo o acompanhamento da situação estudantil por terceiros, solicitamos a inclusão da condição de que contratada informará qualquer alteração na situação escolar do estagiário, <b><i>DESDE QUE informada pela Instituição de Ensino ou pelo Estudante.</i></b></p>
*	6 . 1 . 2	*	<p>Estão asseguradas, no termo do Decreto nº 9427/2018, vagas destinadas aos candidatos negros, totalizando 30% das vagas oferecidas pelo Programa</p>	<p>Considerando a aplicação do Decreto 9427/2018, e a de averiguação da veracidade da declaração dos candidatos, solicitamos informar a quem caberá a responsabilidade quanto a análise de etnia através de uma banca examinadora a exemplo do que ocorre habitualmente em processos seletivos públicos?</p>
*	8 . 1	*	<p>x) acompanhar, exigir e <b>analisar</b> os relatórios de estágio do estudante, de 6 em 6 meses, e determinar que, junto ao relatório, seja anexada declaração da instituição de ensino dos estudantes que deverá informar o ano/semestre/período que o aluno está cursando;</p>	<p>De acordo com o Art. 7º, inciso III da Lei 11.788, a responsabilidade de realizar “Acompanhamento do Estágio” através da <b>avaliação do Relatório de Atividades</b> apresentado pelo educando é da Instituição de Ensino.</p> <p>Ressaltamos ainda que de acordo com o art. 5º da Lei 11.788, cabe ao Agente de Integração “Fazer o Acompanhamento Administrativo” do estágio.</p> <p>Diante do exposto, solicitamos análise quanto a exclusão da responsabilidade da contratada, de análise do Relatório de Atividades.</p>
*	8 . 1	*	<p>aa) informar ao TRE-BA sobre exigências específicas dos conselhos fiscalizadores profissionais quanto à supervisão de estágio;</p>	<p>Solicitamos revisão deste item visto que os conselhos da profissão normatizam a atividade profissional e não do estudante ainda em formação. Ressaltamos ainda que o estágio é ato educativo de responsabilidade da Instituição de Ensino e previsto no Projeto Pedagógico, sendo estas responsáveis por autorizar as condições do estágio e acompanhar através do recebimento do Relatório de Atividades apresentado pelo estagiário e Supervisor de Estágio semestralmente.</p>
*	8 . 1	*	<p>ac) julgar os recursos administrativos interpostos por <b>candidatos</b>, subsidiar as informações para a defesa em ações judiciais ou procedimentos administrativos iniciados em desfavor da contratante e responder as que em seu desfavor sejam ajuizadas no prazo de até <b>3 (três) dias úteis.</b></p>	<p>Considerando que os recursos citados neste item referem-se ao processo seletivo, visto que serão interpostos por candidatos, solicitamos dilação do prazo de resposta para 10 dias. Ressaltamos que os recursos devem ser analisados por banca de profissionais de elaboração de prova assim como, deve cumprir o princípio da transparência com a devida publicação da resposta, necessitando de prazo para sua correta execução.</p>
*	1 0 . 1	*	<p>Penalidades pela inexecução das obrigações:</p> <p>g) atrasar a comunicação ao Contratante das alterações na situação escolar do estagiário - 1%, por dia de atraso, até o limite de 10 dias, sobre o valor da taxa de administração multiplicada pelo número de estagiários cuja comunicação foi efetuada com atraso;</p>	<p>Solicitamos revisão deste item, com a sua exclusão, considerando que a informação de que trata este item é de poder do Estagiário ou da Instituição de Ensino, que será parte integrante do Termo de Realização do Estágio. Ressaltamos que o Contratado somente conseguirá cumprir esta exigência se informado pelas partes que detém a informação.</p>
*	*	Cl á u s u l a	<p>d) responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato;</p>	<p>Solicitamos complementação deste item, ressaltando que a Contratada é responsável pelo pagamento dos encargos referentes a seus empregados.</p>

		6 a		cabe esclarecer a que o estágio não gera vínculo empregatício nem com a contratada, nem com o contratante, desde que cumpridas todas as exigências da Lei de Estágio.
*	*	Cl á u s ul a 6 a	i) prestar garantia de adequação dos serviços (qualidade, segurança, durabilidade e desempenho), em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.	Solicitamos esclarecer como deverá ser prestada a referida garantia.

--

Ce  
Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE



**IVA  
NI  
ALV  
ES  
BITE  
NCO  
URT  
COS  
TA  
Anal  
ista  
de  
Cont  
rato  
s e  
Licit  
açõe  
s  
Plen  
o  
Adm  
inist  
raçã  
o de  
Cont  
rato  
s  
São  
Paul  
o -  
SP  
Lo  
go  
CIEE  
na  
cor  
bran  
ca  
(0  
0) 0  
000  
-  
000  
0 /  
Ra**

mal  
: 00  
000  
0



go  
CIEE  
na  
cor  
bran  
ca  
[canal  
detica  
.com.br  
/ciee](https://canaldetica.com.br/ciee)

Imagem mostrando a tag do prêmio (Escolha Estadão PME 2019 - Sites de Recrutamento), ao lado existe o texto O melhor site de recrutamento, conforme avaliação das Pequenas e Médias Empresas de todo o Brasil.

ntro d

---

Esta mensagem (incluindo qualquer anexo) é confidencial e legalmente protegida, somente podendo ser usada pelo indivíduo ou entidade a quem foi endereçada. Caso você a tenha recebido por engano, deverá devolver ao remetente e, posteriormente apagar, pois a disseminação, encaminhamento, uso, impressão ou cópia do conteúdo desta mensagem são expressamente proibidos.

This message (including any attachments) contains confidential information intended for a specific individual and purpose, and is protected by law. If you are not the intended recipient, you should return and then delete this message. Any disclosure, copying, printing, use or distribution of this message, or the taking of any part is illegal.

---

Zimbra

092449090531@tre-ba.gov.br

---

**Re: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO - PE 18/2020**

---

**De :** Liliane Maia <lilimaia2011@yahoo.com.br>

Seg, 30 de mar de 2020 15:14

**Assunto :** Re: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO - PE 18/2020 2 anexos**Para :** Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento - titular e substituto <coede@tre-ba.gov.br>, serede <serede@tre-ba.jus.br>, Milena Austregésilo Herêda <mahereda@tre-ba.gov.br>**Cc :** COMAP <drcarvalho@tre-ba.gov.br>, selic <selic@tre-ba.jus.br>

Boa tarde, Milena!

Seguem, anexas, as respostas aos pedidos de esclarecimentos encaminhados pela empresa CIEE. Esclareço que a demora no retorno, deveu-se ao fato de que o mesmo carecia de complementação e ajustes por parte da Coordenadora da COEDE e revisão da Secretária de Gestão de Pessoas. Esclareço, ainda, que o Termo de Referência sofreu algumas alterações e será encaminhado hoje ainda, se possível.

Atenciosamente,

Liliane Maia  
SEREDE/7210

Em segunda-feira, 30 de março de 2020 14:33:10 BRT, Milena Austregésilo Herêda &lt;mahereda@tre-ba.gov.br&gt; escreveu:

Prezados Colegas,

Há algum retorno aos pedidos de esclarecimento?

Antes de suspender e republicar o certame, faz-se necessário publicar as respostas aos pedidos de esclarecimento.

Um dos pedidos, respondido por esse setor demandante, já foi divulgado, assim como a impugnação foi decidida e divulgada.

Aguardamos a resposta aos outros dois pedidos de esclarecimento.

Quaisquer dúvidas, estamos à disposição.

Grata,

Milena Austregésilo Herêda  
Analista Judiciário | SELIC  
7318

---

**De:** "Milena Austregésilo Herêda" <mahereda@tre-ba.gov.br>**Para:** "Liliane Maia" <lilimaia2011@yahoo.com.br>**Cc:** "COMAP" <drcarvalho@tre-ba.gov.br>**Enviadas:** Terça-feira, 24 de março de 2020 16:45:29**Assunto:** Re: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO - PE 18/2020

Boa tarde!

O pregão será republicado por determinação da Diretoria Geral.

Mas preciso responder aos questionamentos antes de republicar. Respondam apenas o que vocês sabem do TR, questões técnicas de execução do serviço. O que for padrão ou do Edital, nós respondemos.

Como haverá necessidade de republicação, é bom averiguar se a necessidade de mudar algo no TR diante dos questionamentos trazidos ou se os esclarecimentos bastam.

Atenciosamente,

Milena Austregésilo Herêda  
Analista Judiciário | SELIC  
7318

---

**De:** "Liliane Maia" <lilimaia2011@yahoo.com.br>  
**Para:** "Milena Austregésilo Herêda" <mahereda@tre-ba.gov.br>  
**Enviadas:** Terça-feira, 24 de março de 2020 16:38:01  
**Assunto:** Re: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO - PE 18/2020

Milena,

Seria muito complicado adiar o pregão? A Coordenadora acha que precisa de mais tempo para complementar as respostas... outra coisa, os 2 últimos questionamentos da planilha, referentes à cláusula 6,d e i, precisamos responder, já que são itens padrão dos TR's?

Atenciosamente

Liliane Maia  
Serede/Coede/SGP  
Em terça-feira, 24 de março de 2020 15:17:57 BRT, Milena Austregésilo Herêda <mahereda@tre-ba.gov.br> escreveu:

Boa tarde! ok!

Milena Austregésilo Herêda  
Analista Judiciário | SELIC  
7318

---

**De:** "Liliane Maia" <lilimaia2011@yahoo.com.br>  
**Para:** 092449090531@tre-ba.jus.br  
**Enviadas:** Terça-feira, Março 24, 2020 03:11:52 PM  
**Assunto:** PEDIDO DE ESCLARECIMENTO - PE 18/2020

Boa tarde, Milena!

Sobre as respostas ao pedido de esclarecimento da empresa CIEE, estou aguardando a Coordenadora complementar as informações para que eu possa te encaminhar.

Atenciosamente,

Liliane Maia

Técnico Judiciário  
7210

---

 **Resposta ao CIEE-1-PE 18 (2).docx**  
15 KB

 **Resposta ao CIEE-2-PE 18 (1).docx**  
19 KB

---

Trata-se de pedido de esclarecimentos formulado pela empresa CIEE, com referência ao Edital do Pregão nº 18/2020, como seguem:

1) Considerando que o Termo de Referência que determina a “avaliação objetiva”, solicitamos esclarecer algumas informações sobre o processo seletivo, visto que as mesmas terão impacto na composição do custo.

- Qual será a periodicidade do processo seletivo por ano?
- Qual a quantidade de questões?
- Haverá questões de conhecimentos específicos? Quantas? Para quais cursos?

**Resposta da SEREDE:** não existe periodicidade definida para a realização do processo seletivo. A Contratante informará à Contratada as oportunidades de estágio a serem preenchidas e a Contratada fará o encaminhamento do estudante a partir de lista de classificação, após a realização de processo seletivo, até que a mesma se esgote. Para confecção da lista de classificados, deverá ser utilizada nota de corte, que não poderá ser inferior a 50% do total de pontos da prova. A Contratada será responsável por todas as etapas que envolvem o processo seletivo. O conteúdo a ser cobrado deverá ser compatível com o já visto em 50% do curso, para os estudantes de nível superior, e, no caso de estudante de nível médio, o conteúdo referente a um terço do curso. O Tribunal conta com vagas de estágio para os seguintes cursos: Administração, Análise de Sistemas (Banco de Dados, Redes e Suporte), Arquitetura e Urbanismo, Biblioteconomia, Comunicação, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia Civil, Secretariado, sendo possível o surgimento de vagas em outros cursos aqui não denominados, quando, então, haverá necessidade de realização de novo processo seletivo para o recrutamento de estudantes dos cursos inicialmente não previstos. As vagas para estudantes de nível médio profissionalizante abrangem os cursos de Auxiliar Administrativo, Design Gráfico, Logística, Técnico em Contabilidade, sendo possível o surgimento de vagas em outros cursos aqui não denominados, quando, então, haverá necessidade de realização de novo processo seletivo para o recrutamento de estudantes dos cursos inicialmente não previstos.

2) Considerando que a Instituição de Ensino é parte na relação de estágio e que a mesma não permite a intervenção ou mesmo o acompanhamento da situação estudantil por terceiros, solicitamos a inclusão da condição de que contratada informará qualquer alteração na situação escolar do estagiário, DESDE QUE informada pela Instituição de Ensino ou pelo Estudante.

**Resposta da SEREDE:** realizada a alteração do item 4.1, alínea “g” do Termo de Referência, para constar que a comunicação ao TRE-BA deverá ser feita a partir da informação da instituição de ensino ao agente de integração. Realizada, ainda, a inclusão da alínea “l” no item 4.1 do TR para que conste no Termo de Compromisso de Estágio o dever da instituição de ensino de comunicar ao agente de integração qualquer alteração na situação escolar dos estagiários, como conclusão, interrupção ou desligamento do curso.

3) Considerando a aplicação do Decreto 9427/2018, e a de averiguação da veracidade da declaração dos candidatos, solicitamos informar a quem caberá a responsabilidade quanto a análise de etnia através de uma banca examinadora a exemplo do que ocorre habitualmente em processos seletivos públicos?



**Resposta da SEREDE:** realizada a alteração do item 8.1, alínea “j”, para inclusão da informação de que a autodeclaração deverá ser confirmada por procedimento de heteroidentificação, a critério da contratada;

4) De acordo com o Art. 7º, inciso III da Lei 11.788, a responsabilidade de realizar “Acompanhamento do Estágio” através da avaliação do Relatório de Atividades apresentado pelo educando é da Instituição de Ensino. Ressaltamos ainda que de acordo com o art. 5º da Lei 11.788, cabe ao Agente de Integração “Fazer o Acompanhamento Administrativo” do estágio. Diante do exposto, solicitamos análise quanto a exclusão da responsabilidade da contratada, de análise do Relatório de Atividades.

**Resposta da SEREDE:** realizada a alteração do item 8.1, alínea “x” para retirar a obrigação de análise dos relatórios de atividades de estágio por parte da Contratada.

5) aa) informar ao TRE-BA sobre exigências específicas dos conselhos fiscalizadores profissionais quanto à supervisão de estágio; Solicitamos revisão deste item visto que os conselhos da profissão normatizam a atividade profissional e não do estudante ainda em formação. Ressaltamos ainda que o estágio é ato educativo de responsabilidade da Instituição de Ensino e previsto no Projeto Pedagógico, sendo estas responsáveis por autorizar as condições do estágio e acompanhar através do recebimento do Relatório de Atividades apresentado pelo estagiário e Supervisor de Estágio semestralmente.

**Resposta da SEREDE:** tendo em vista o Art. 5º, § 3º, da Lei 11.788/2008 que dispõe: “Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.”, entendemos que o agente de integração, como auxiliar no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio, deve acompanhar as recomendações específicas dos conselhos profissionais quanto ao estágio.

6) ac) julgar os recursos administrativos interpostos por **candidatos**, subsidiar as informações para a defesa em ações judiciais ou procedimentos administrativos iniciados em desfavor da contratante e responder as que em seu desfavor sejam ajuizadas no prazo de até **3 (três) dias úteis**. Considerando que os recursos citados neste item referem-se ao processo seletivo, visto que serão interpostos por candidatos, solicitamos dilação do prazo de resposta para 10 dias. Ressaltamos que os recursos devem ser analisados por banca de profissionais de elaboração de prova assim como, deve cumprir o princípio da transparência com a devida publicação da resposta, necessitando de prazo para sua correta execução.

**Resposta da SEREDE:** realizada a alteração do item 8.1, alínea “ac” para constar o prazo de 5 (cinco) dias úteis para julgar os recursos administrativos interpostos por candidatos. Nas situações de ações judiciais, em que o prazo de resposta é indicado pela Advocacia Geral da União, será estabelecido prazo razoável, de modo a viabilizar resposta tempestiva deste Tribunal (inclusão da alínea “ad” do item 8.1).

7) Penalidades pela inexecução das obrigações:

g) atrasar a comunicação ao Contratante das alterações na situação escolar do estagiário - 1%, por dia de atraso, até o limite de 10 dias, sobre o valor da taxa de administração multiplicada pelo número de estagiários cuja comunicação foi efetuada com atraso; Solicitamos revisão deste item, com a sua exclusão, considerando que a informação de que trata este item é de poder do Estagiário ou da Instituição de Ensino, que será parte integrante do Termo de Realização do Estágio. Ressaltamos que o Contratado somente conseguirá cumprir esta exigência se informado pelas partes que detém a informação.

**Resposta da SEREDE:** considerando a realização da alteração do item 4.1, alínea “g” do Termo de Referência, para constar que a comunicação ao TRE-BA deverá ser feita a partir da informação da instituição de ensino ao agente de integração, o item 10.1, “g” foi mantido inalterado.

Zimbra

092449090531@tre-ba.gov.br

---

**Re: Pedido de esclarecimento - TRE-BA**

---

**De :** Milena Austregésilo Herêda <mahereda@tre-ba.gov.br>

Seg, 30 de mar de 2020 21:45

**Assunto :** Re: Pedido de esclarecimento - TRE-BA

**Para :** Ivani Alves Bitencourt Costa  
<ivanialves@ciecee.org.br>

**Cc :** Analise de Contratos  
<analisedecontratos@ciecee.org.br>, Central  
Nacional de Licitação - CIEE <cnl@ciecee.org.br>,  
selic <selic@tre-ba.jus.br>

Prezado Licitante,

Seguem abaixo as respostas do Setor Demandante aos questionamentos formulados referentes ao Pregão Eletrônico 18/2020 (Agente de Integração - Estágio) do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. Ressaltamos que o Edital será republicado.

**1) QUESTIONAMENTO :** Acerca dos valores do contrato, questionamos como será realizado o reajuste desse e qual o índice que deverá ser utilizado. Ressaltamos que a não concessão de reajuste no instrumento viola o princípio da isonomia. Diante do exposto, solicitamos que sejam explicitados, nos editais e contratos administrativos, os critérios de reajustamento de preços, nos termos do art. 40, inc. XI, da Lei 8.666/93.

**RESPOSTA SEÇÃO DE LICITAÇÕES:** há previsão de reajuste na Cláusula Segunda do Anexo III do Edital (Minuta do Contrato). Assim, foi disciplinado ali no Edital, precisamente no seu Anexo III (Minuta do Contrato), Cláusula Segunda, itens 3 a 6, o seguinte:

*" 3. Os preços pactuados serão reajustados, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data de apresentação da proposta, aplicando-se a variação do IPCA, calculado e divulgado pelo IBGE. 4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação em vigor, à época. 5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento dos preços. 6. Caso os preços contratados, após o cálculo referente ao reajuste citado no item anterior, venham a ser superiores aos praticados no mercado, as partes deverão rever os preços para adequá-los às condições existentes no início do contrato firmado".*

**2) QUESTIONAMENTO:** Considerando que o Termo de Referência que determina a "avaliação objetiva", solicitamos esclarecer algumas informações sobre o processo seletivo, visto que as mesmas terão impacto na composição do custo.

- Qual será a periodicidade do processo seletivo por ano?
- Qual a quantidade de questões?

- Haverá questões de conhecimentos específicos? Quantas? Para quais cursos?

**Resposta da ÁREA TÉCNICA:** não existe periodicidade definida para a realização do processo seletivo. A Contratante informará à Contratada as oportunidades de estágio a serem preenchidas e a Contratada fará o encaminhamento do estudante a partir de lista de classificação, após a realização de processo seletivo, até que a mesma se esgote. Para confecção da lista de classificados, deverá ser utilizada nota de corte, que não poderá ser inferior a 50% do total de pontos da prova. A Contratada será responsável por todas as etapas que envolvem o processo seletivo. O conteúdo a ser cobrado deverá ser compatível com o já visto em 50% do curso, para os estudantes de nível superior, e, no caso de estudante de nível médio, o conteúdo referente a um terço do curso. O Tribunal conta com vagas de estágio para os seguintes cursos: Administração, Análise de Sistemas (Banco de Dados, Redes e Suporte), Arquitetura e Urbanismo, Biblioteconomia, Comunicação, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia Civil, Secretariado, sendo possível o surgimento de vagas em outros cursos aqui não denominados, quando, então, haverá necessidade de realização de novo processo seletivo para o recrutamento de estudantes dos cursos inicialmente não previstos. As vagas para estudantes de nível médio profissionalizante abrangem os cursos de Auxiliar Administrativo, Design Gráfico, Logística, Técnico em Contabilidade, sendo possível o surgimento de vagas em outros cursos aqui não denominados, quando, então, haverá necessidade de realização de novo processo seletivo para o recrutamento de estudantes dos cursos inicialmente não previstos.

**3) QUESTIONAMENTO:** Considerando que a Instituição de Ensino é parte na relação de estágio e que a mesma não permite a intervenção ou mesmo o acompanhamento da situação estudantil por terceiros, solicitamos a inclusão da condição de que contratada informará qualquer alteração na situação escolar do estagiário, DESDE QUE informada pela Instituição de Ensino ou pelo Estudante.

**Resposta da ÁREA TÉCNICA:** realizada a alteração do item 4.1, alínea “g” do Termo de Referência, para constar que a comunicação ao TRE-BA deverá ser feita a partir da informação da instituição de ensino ao agente de integração. Realizada, ainda, a inclusão da alínea “l” no item 4.1 do TR para que conste no Termo de Compromisso de Estágio o dever da instituição de ensino de comunicar ao agente de integração qualquer alteração na situação escolar dos estagiários, como conclusão, interrupção ou desligamento do curso.

**4) QUESTIONAMENTO:** Considerando a aplicação do Decreto 9427/2018, e a de averiguação da veracidade da declaração dos candidatos, solicitamos informar a quem caberá a responsabilidade quanto a análise de etnia através de uma banca examinadora a exemplo do que ocorre habitualmente em processos seletivos públicos?

**Resposta da ÁREA TÉCNICA:** realizada a alteração do item 8.1, alínea “j”, para inclusão da informação de que a autodeclaração deverá ser confirmada por procedimento de heteroidentificação, a critério da contratada;

**5) QUESTIONAMENTO:** De acordo com o Art. 7º, inciso III da Lei 11.788, a responsabilidade de realizar “Acompanhamento do Estágio” através da avaliação do Relatório de Atividades apresentado pelo educando é da Instituição de Ensino. Ressaltamos ainda que de acordo com o art. 5º da Lei 11.788, cabe ao Agente de Integração “Fazer o Acompanhamento Administrativo” do estágio. Diante do exposto, solicitamos análise quanto a exclusão da responsabilidade da contratada, de análise do Relatório de Atividades.

**Resposta da ÁREA TÉCNICA:** realizada a alteração do item 8.1, alínea “x” para retirar a obrigação de análise dos relatórios de atividades de estágio por parte da Contratada.

**6) QUESTIONAMENTO:** aa) informar ao TRE-BA sobre exigências específicas dos conselhos fiscalizadores profissionais quanto à supervisão de estágio; Solicitamos revisão deste item visto que os conselhos da profissão normatizam a atividade profissional e não do estudante ainda em formação. Ressaltamos ainda que o estágio é ato educativo de responsabilidade da Instituição de Ensino e previsto no Projeto Pedagógico, sendo estas responsáveis por autorizar as condições do estágio e acompanhar através do recebimento do Relatório de Atividades apresentado pelo estagiário e Supervisor de Estágio semestralmente.

**Resposta da ÁREA TÉCNICA:** tendo em vista o Art. 5º, § 3º, da Lei 11.788/2008 que dispõe: “Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.”, entendemos que o agente de integração, como auxiliar no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio, deve acompanhar as recomendações específicas dos conselhos profissionais quanto ao estágio.

**7) QUESTIONAMENTO:** ac) julgar os recursos administrativos interpostos por **candidatos**, subsidiar as informações para a defesa em ações judiciais ou procedimentos administrativos iniciados em desfavor da contratante e responder as que em seu desfavor sejam ajuizadas no prazo de até **3 (três) dias úteis**. Considerando que os recursos citados neste item referem-se ao processo seletivo, visto que serão interpostos por candidatos, solicitamos dilação do prazo de resposta para 10 dias. Ressaltamos que os recursos devem ser analisados por banca de profissionais de elaboração de prova assim como, deve cumprir o princípio da transparência com a devida publicação da resposta, necessitando de prazo para sua correta execução.

**Resposta da ÁREA TÉCNICA:** realizada a alteração do item 8.1, alínea “ac” para constar o prazo de 5 (cinco) dias úteis para julgar os recursos administrativos interpostos por candidatos. Nas situações de ações judiciais, em que o prazo de resposta é indicado pela Advocacia Geral da União, será estabelecido prazo razoável, de modo a viabilizar resposta tempestiva deste Tribunal (inclusão da alínea “ad” do item 8.1).

**8) QUESTIONAMENTO:** Penalidades pela inexecução das obrigações:  
q) atrasar a comunicação ao Contratante das alterações na situação escolar do estagiário - 1%, por dia de atraso, até o limite de 10 dias, sobre o valor da taxa de administração multiplicada pelo número de estagiários cuja comunicação foi efetuada com atraso; Solicitamos revisão deste item, com a sua exclusão, considerando que a informação de que trata este item é de poder do Estagiário ou da Instituição de Ensino, que será parte integrante do Termo de Realização do Estágio. Ressaltamos que o Contratado somente conseguirá cumprir esta exigência se informado pelas partes que detém a informação.

**Resposta da ÁREA TÉCNICA:** considerando a realização da alteração do item 4.1, alínea “q” do Termo de Referência, para constar que a comunicação ao TRE-BA deverá ser feita a partir da informação da instituição de ensino ao agente de integração, o item 10.1, “g” foi mantido inalterado.

**9) QUESTIONAMENTO:** o edital estabelece: responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato. Solicitamos complementação deste item, ressaltando que a Contratada é responsável pelo pagamento dos encargos referentes a seus empregados. cabe esclarecer a que o estágio não gera vínculo empregatício nem com a contratada, nem com o contratante, desde que cumpridas todas as exigências da Lei de Estágio.

**Resposta da SEÇÃO DE LICITAÇÕES:** trata-se de cláusula constante no nosso modelo padrão de edital para serviços. Como bem ressaltou a licitante, a Contratada é responsável pelo pagamento dos encargos referentes a seus empregados porventura utilizados para execução do contrato. Dessa forma, deve responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais de seus empregados, não podendo a Administração ser responsabilizada subsidiariamente ou solidariamente. Quanto ao Estágio, não gera vínculo empregatício nem com a contratada, nem com o contratante, cumprindo-se as exigências da Lei de Estágio.

**10) QUESTIONAMENTOS:** o edital estabelece: prestar garantia de adequação dos serviços (qualidade, segurança, durabilidade e desempenho), em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato. Solicitamos esclarecer como deverá ser prestada a referida garantia.

**Resposta da SEÇÃO DE LICITAÇÕES:** trata-se de cláusula constante no nosso modelo padrão de edital para serviços. Na republicação, reavaliaremos a pertinência das cláusulas-padrão em relação ao serviço em tela.

Atenciosamente,

Milena Austregésilo Herêda  
Analista Judiciário | SELIC|PREGOEIRA  
7318

---

**De:** "Ivani Alves Bitencourt Costa" <ivanielves@ciece.org.br>

**Para:** "mahereda" <mahereda@tre-ba.jus.br>

**Cc:** "Análise de Contratos" <analisedecontratos@ciece.org.br>, "Central Nacional de Licitação - CIEE" <cnl@ciece.org.br>

**Enviadas:** Sexta-feira, 20 de março de 2020 13:00:15

**Assunto:** Pedido de esclarecimento - TRE-BA

Boa tarde!

Solicitamos tempestivamente os esclarecimentos referentes ao Pregão eletrônico 18.2020 para contratação de Agente de Integração para operacionalização do Programa de Estágio.

Grata;

E D I T A L	T E R M O D E R E F .	C O N T R A T O	DESCRIÇÃO	QUESTIONAMENTO
1 0 .	*	*	O preço proposto no lance final, ou aquele obtido por meio de negociação, será <b>fixo e irrevogável</b> e nele deverão estar incluídos os tributos, fretes e demais encargos necessários ao fornecimento do objeto licitado.	Acerca dos valores do contrato, questionamos como será realizado o reajuste desse e qual o índice que deverá ser utilizado. Ressaltamos que a não concessão de reajuste no instrumento viola o princípio da isonomia. Diante do exposto, solicitamos que sejam explicitados, nos editais e contratos administrativos, os critérios de reajustamento de preços, nos termos do art. 40, inc. XI, da Lei 8.666/93.
*	3 .	*	Promoção de processo seletivo, dentre os candidatos inscritos para as vagas ofertadas de nível superior e de nível médio, regular ou profissionalizante, composto por <b>avaliação objetiva (presencial)</b> , mediante ampla divulgação nas principais Instituições de Ensino Superior, Ensino Médio e Médio Profissionalizante da Bahia, credenciadas pelo Ministério da Educação.	Considerando que o Termo de Referência que determina a “avaliação objetiva”, solicitamos esclarecer algumas informações sobre o processo seletivo, visto que as mesmas terão impacto na composição do custo. <ul style="list-style-type: none"> <li>Qual será a periodicidade do processo seletivo por ano?</li> <li>Qual a quantidade de questões?</li> <li>Haverá questões de conhecimentos específicos? Quantas? Para quais cursos?</li> </ul>
*	4 .	8. 1 u	Durante a execução dos serviços, a contratada deverá desenvolver as atividades descritas a seguir: g) comunicação ao Contratante com periodicidade diária, de processos pendentes e de quebras de vínculo entre o estudante e a instituição de ensino;	Considerando que a Instituição de Ensino é parte na relação de estágio e que a mesma não permite a intervenção ou mesmo o acompanhamento da situação estudantil por terceiros, solicitamos a inclusão da condição de que contratada informará qualquer alteração na situação escolar do estagiário, <b>DESDE QUE informada pela Instituição de Ensino ou pelo Estudante.</b>
*	6 .	*	Estão asseguradas, no termo do Decreto nº 9427/2018, vagas destinadas aos candidatos negros, totalizando 30% das vagas oferecidas pelo Programa	Considerando a aplicação do Decreto 9427/2018, e a de averiguação da veracidade da declaração dos candidatos, solicitamos informar a quem caberá a responsabilidade quanto a análise de etnia através de uma banca examinadora a exemplo do que ocorre habitualmente em processos seletivos públicos?
*	8 .	*	x) acompanhar, exigir e <b>analisar</b> os relatórios de estágio do estudante, de 6 em 6 meses, e determinar que, junto ao relatório, seja anexada declaração da instituição de ensino dos estudantes que deverá informar o ano/semestre/período que o aluno está cursando;	De acordo com o Art. 7º, inciso III da Lei 11.788, a responsabilidade de realizar “Acompanhamento do Estágio” através da <b>avaliação do Relatório de Atividades</b> apresentado pelo educando é da Instituição de Ensino. Ressaltamos ainda que de acordo com o art. 5º da Lei 11.788, cabe ao Agente de Integração “Fazer o Acompanhamento Administrativo” do estágio. Diante do exposto, solicitamos análise quanto a exclusão da responsabilidade da contratada, de análise do Relatório de Atividades.
*	8 .	*	aa) informar ao TRE-BA sobre exigências específicas dos conselhos fiscalizadores	Solicitamos revisão deste item visto que os conselhos da profissão normatizam a atividade profissional e



	1		profissionais quanto à supervisão de estágio;	não do estudante ainda em formação. Ressaltamos ainda que o estágio é ato educativo de responsabilidade da Instituição de Ensino e previsto no Projeto Pedagógico, sendo estas responsáveis por autorizar as condições do estágio e acompanhar através do recebimento do Relatório de Atividades apresentado pelo estagiário e Supervisor de Estágio semestralmente.
*	8 .	*	ac) julgar os recursos administrativos interpostos por <b>candidatos</b> , subsidiar as informações para a defesa em ações judiciais ou procedimentos administrativos iniciados em desfavor da contratante e responder as que em seu desfavor sejam ajuizadas no prazo de até <b>3 (três) dias úteis</b> .	Considerando que os recursos citados neste item referem-se ao processo seletivo, visto que serão interpostos por candidatos, solicitamos dilação do prazo de resposta para 10 dias. Ressaltamos que os recursos devem ser analisados por banca de profissionais de elaboração de prova assim como, deve cumprir o princípio da transparência com a devida publicação da resposta, necessitando de prazo para sua correta execução.
*	1 0 .	*	Penalidades pela inexecução das obrigações: g) atrasar a comunicação ao Contratante das alterações na situação escolar do estagiário - 1%, por dia de atraso, até o limite de 10 dias, sobre o valor da taxa de administração multiplicada pelo número de estagiários cuja comunicação foi efetuada com atraso;	Solicitamos revisão deste item, com a sua exclusão, considerando que a informação de que trata este item é de poder do Estagiário ou da Instituição de Ensino, que será parte integrante do Termo de Realização do Estágio. Ressaltamos que o Contratado somente conseguirá cumprir esta exigência se informado pelas partes que detém a informação.
*		Cl á u s ul a 6 e	d) responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato;	Solicitamos complementação deste item, ressaltando que a Contratada é responsável pelo pagamento dos encargos referentes a seus empregados. cabe esclarecer a que o estágio não gera vínculo empregatício nem com a contratada, nem com o contratante, desde que cumpridas todas as exigências da Lei de Estágio.
*		Cl á u s ul a 6 e	i) prestar garantia de adequação dos serviços (qualidade, segurança, durabilidade e desempenho), em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.	Solicitamos esclarecer como deverá ser prestada a referida garantia.

--

Ce  
 Cent  
 ro  
 de  
 Inte  
 graç  
 ão  
 Emp  
 resa-  
 Escol  
 a -  
 CIEE  
**IVA  
NI  
ALV  
ES  
BITE  
NCO  
URT  
COS  
TA  
Anal  
ista  
de  
Cont  
rato  
s e  
Licita  
ção**



S  
Plen  
o  
Adm  
inist  
raça  
o de  
Cont  
rato  
s  
São  
Paul  
o -  
SP  
  
(0  
0) 0  
000  
-  
000  
0 /  
Ra  
mal  
: 00  
000  
0  
  
[can](#)  
[alde](#)  
[etica](#)  
[.co](#)  
[m.br](#)  
[/ciece](#)



Esta mensagem (incluindo qualquer anexo) é confidencial e legalmente protegida, somente podendo ser usada pelo indivíduo ou entidade a quem foi endereçada. Caso você a tenha recebido por engano, deverá devolver ao remetente e, posteriormente apagar, pois a disseminação, encaminhamento, uso, impressão ou cópia do conteúdo desta mensagem são expressamente proibidos.

This message (including any attachments) contains confidential information intended for a specific individual and purpose, and is protected by law. If you are not the intended recipient, you should return and then delete this message. Any disclosure, copying, printing, use or distribution of this message, or the taking of any part is illegal.

**Esclarecimento 01/04/2020 14:31:01**

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 3: oa tarde! Solicitamos tempestivamente os esclarecimentos referentes ao Pregão eletrônico 18.2020 para contratação de Agente de Integração para operacionalização do Programa de Estágio. Grata; EDITAL TERMO DE REF. CONTRATO DESCRIÇÃO QUESTIONAMENTO 10.9 \* \* O preço proposto no lance final, ou aquele obtido por meio de negociação, será fixo e irrevogável e nele deverão estar incluídos os tributos, fretes e demais encargos necessários ao fornecimento do objeto licitado. Acerca dos valores do contrato, questionamos como será realizado o reajuste desse e qual o índice que deverá ser utilizado. Ressaltamos que a não concessão de reajuste no instrumento viola o princípio da isonomia. Diante do exposto, solicitamos que sejam explicitados, nos editais e contratos administrativos, os critérios de reajustamento de preços, nos termos do art. 40, inc. XI, da Lei 8.666/93. \* 3.1.2 \* Promoção de processo seletivo, dentre os candidatos inscritos para as vagas ofertadas de nível superior e de nível médio, regular ou profissionalizante, composto por avaliação objetiva (presencial), mediante ampla divulgação nas principais Instituições de Ensino Superior, Ensino Médio e Médio Profissionalizante da Bahia, credenciadas pelo Ministério da Educação. Considerando que o Termo de Referência que determina a "avaliação objetiva", solicitamos esclarecer algumas informações sobre o processo seletivo, visto que as mesmas terão impacto na composição do custo. Qual será a periodicidade do processo seletivo por ano? Qual a quantidade de questões? Haverá questões de conhecimentos específicos? Quantas? Para quais cursos? \* 4.1 8.1 u Durante a execução dos serviços, a contratada deverá desenvolver as atividades descritas a seguir: g) comunicação ao Contratante com periodicidade diária, de processos pendentes e de quebras de vínculo entre o estudante e a instituição de ensino; Considerando que a Instituição de Ensino é parte na relação de estágio e que a mesma não permite a intervenção ou mesmo o acompanhamento da situação estudantil por terceiros, solicitamos a inclusão da condição de que contratada informará qualquer alteração na situação escolar do estagiário, DESDE QUE informada pela Instituição de Ensino ou pelo Estudante. \* 6.1.2 \* Estão asseguradas, no termo do Decreto nº 9427/2018, vagas destinadas aos candidatos negros, totalizando 30% das vagas oferecidas pelo Programa Considerando a aplicação do Decreto 9427/2018, e a de averiguação da veracidade da declaração dos candidatos, solicitamos informar a quem caberá a responsabilidade quanto a análise de etnia através de uma banca examinadora a exemplo do que ocorre habitualmente em processos seletivos públicos? \* 8.1 \* x) acompanhar, exigir e analisar os relatórios de estágio do estudante, de 6 em 6 meses, e determinar que, junto ao relatório, seja anexada declaração da instituição de ensino dos estudantes que deverá informar o ano/semestre/período que o aluno está cursando; De acordo com o Art. 7º, inciso III da Lei 11.788, a responsabilidade de realizar "Acompanhamento do Estágio" através da avaliação do Relatório de Atividades apresentado pelo educando é da Instituição de Ensino. Ressaltamos ainda que de acordo com o art. 5º da Lei 11.788, cabe ao Agente de Integração "Fazer o Acompanhamento Administrativo" do estágio. Diante do exposto, solicitamos análise quanto a exclusão da responsabilidade da contratada, de análise do Relatório de Atividades. \* 8.1 \* aa) informar ao TRE-BA sobre exigências específicas dos conselhos fiscalizadores profissionais quanto à supervisão de estágio; Solicitamos revisão deste item visto que os conselhos da profissão normatizam a atividade profissional e não do estudante ainda em formação. Ressaltamos ainda que o estágio é ato educativo de responsabilidade da Instituição de Ensino e previsto no Projeto Pedagógico, sendo estas responsáveis por autorizar as condições do estágio e acompanhar através do recebimento do Relatório de Atividades apresentado pelo estagiário e Supervisor de Estágio semestralmente. \* 8.1 \* ac) julgar os recursos administrativos interpostos por candidatos, subsidiar as informações para a defesa em ações judiciais ou procedimentos administrativos iniciados em desfavor da contratante e responder as que em seu desfavor sejam ajuizadas no prazo de até 3 (três) dias úteis. Considerando que os recursos citados neste item referem-se ao processo seletivo, visto que serão interpostos por candidatos, solicitamos dilação do prazo de resposta para 10 dias. Ressaltamos que os recursos devem ser analisados por banca de profissionais de elaboração de prova assim como, deve cumprir o princípio da transparência com a devida publicação da resposta, necessitando de prazo para sua correta execução. \* 10.1 \* Penalidades pela inexecução das obrigações: g) atrasar a comunicação ao Contratante das alterações na situação escolar do estagiário - 1%, por dia de atraso, até o limite de 10 dias, sobre o valor da taxa de administração multiplicada pelo número de estagiários cuja comunicação foi efetuada com atraso; Solicitamos revisão deste item, com a sua exclusão, considerando que a informação de que trata este item é de poder do Estagiário ou da Instituição de Ensino, que será parte integrante do Termo de Realização do Estágio. Ressaltamos que o Contratado somente conseguirá cumprir esta exigência se informado pelas partes que detém a informação. \* \* Cláusula 6ª d) responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato; Solicitamos complementação deste item, ressaltando que a Contratada é responsável pelo pagamento dos encargos referentes a seus empregados. cabe esclarecer a que o estágio não gera vínculo empregatício nem com a contratada, nem com o contratante, desde que cumpridas todas as exigências da Lei de Estágio. \* \* Cláusula 6ª i) prestar garantia de adequação dos serviços (qualidade, segurança, durabilidade e desempenho), em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato. Solicitamos esclarecer como deverá ser prestada a referida garantia.

**Fechar**

**Resposta 01/04/2020 14:31:01**

1) QUESTIONAMENTO : Acerca dos valores do contrato, questionamos como será realizado o reajuste desse e qual o índice que deverá ser utilizado. XI, da Lei 8.666/93. RESPOSTA SEÇÃO DE LICITAÇÕES: há previsão de reajuste na Cláusula Segunda do Anexo III do Edital (Minuta do Contrato). Assim, foi disciplinado ali no Edital, precisamente no seu Anexo III (Minuta do Contrato), Cláusula Segunda, itens 3 a 6, o seguinte: "3. Os preços pactuados serão reajustados, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data de apresentação da proposta, aplicando-se a variação do IPCA, calculado e divulgado pelo IBGE. 4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação em vigor, à época. 5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as elegerão novo índice oficial para reajustamento dos preços. 6. Caso os preços contratados, após o cálculo referente ao reajuste citado no item anterior, venham a ser superiores aos praticados no mercado, as partes deverão rever os preços para adequá-los às condições existentes no início do contrato firmado". 2) QUESTIONAMENTO: Considerando que o Termo de Referência que determina a "avaliação objetiva", solicitamos esclarecer algumas informações sobre o processo seletivo, visto que as mesmas terão impacto na composição do custo. Qual será a periodicidade do processo seletivo por ano? Qual a quantidade de questões? Haverá questões de conhecimentos específicos? Quantas? Para quais cursos? Resposta da ÁREA TÉCNICA: não existe periodicidade definida para a realização do processo seletivo. A Contratante informará à Contratada as oportunidades de estágio a serem preenchidas e a Contratada fará o encaminhamento do estudante a partir de lista de classificação, após a realização de processo seletivo, até que a mesma se esgote. Para confecção da lista de classificados, deverá ser utilizada nota de corte, que não poderá ser inferior a 50% do total de pontos da prova. A Contratada será responsável por todas as etapas que envolvem o processo seletivo. O conteúdo a ser cobrado deverá ser compatível com o já visto em 50% do curso, para os estudantes de nível superior, e, no caso de estudante de nível médio, o conteúdo referente a um terço do curso. O Tribunal conta com vagas de estágio para os seguintes cursos: Administração, Análise de Sistemas (Banco de Dados, Redes e Suporte), Arquitetura e Urbanismo, Biblioteconomia, Comunicação, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia Civil, Secretariado, sendo possível o surgimento de vagas em outros cursos aqui não denominados, quando, então, haverá necessidade de realização de novo processo seletivo para o recrutamento de estudantes dos cursos inicialmente não previstos. As vagas para estudantes de nível médio profissionalizante abrangem os cursos de Auxiliar Administrativo, Design Gráfico, Logística, Técnico em Contabilidade, sendo possível o surgimento de vagas em outros cursos aqui não denominados, quando, então, haverá necessidade de realização de novo processo seletivo para o recrutamento de estudantes dos cursos inicialmente não previstos. 3) QUESTIONAMENTO: Considerando que a Instituição de Ensino é parte na relação de estágio e que a mesma não permite a intervenção ou mesmo o acompanhamento da situação estudantil por terceiros, solicitamos a inclusão da condição de que contratada informará qualquer alteração na situação escolar do estagiário, DESDE QUE informada pela Instituição de Ensino ou pelo Estudante. Resposta da ÁREA TÉCNICA: realizada a alteração do item 4.1, alínea "g" do Termo de Referência, para constar que a comunicação ao TRE-BA deverá ser feita a partir da informação da instituição de ensino ao agente de integração. Realizada, ainda, a inclusão da alínea "l" no item 4.1 do TR para que conste no Termo de Compromisso de Estágio o dever da instituição de ensino de comunicar ao agente de integração qualquer alteração na situação escolar dos estagiários, como conclusão, interrupção ou desligamento do curso. 4) QUESTIONAMENTO: Considerando a aplicação do Decreto 9427/2018, e a de averiguação da veracidade da declaração dos candidatos, solicitamos informar a quem caberá a responsabilidade quanto a análise de etnia através de uma banca examinadora a exemplo do que ocorre habitualmente em processos seletivos públicos? Resposta da ÁREA TÉCNICA: realizada a alteração do item 8.1, alínea "j", para inclusão da informação de que a autodeclaração deverá ser confirmada por procedimento de heteroidentificação, a critério da contratada; 5) QUESTIONAMENTO: De acordo com o Art. 7º, inciso III da Lei 11.788, a responsabilidade de realizar "Acompanhamento do Estágio" através da avaliação do Relatório de Atividades apresentado pelo educando é da Instituição de Ensino. Ressaltamos ainda que de acordo com o art. 5º da Lei 11.788, cabe ao Agente de Integração "Fazer o Acompanhamento Administrativo" do estágio. Diante do exposto, solicitamos análise quanto a exclusão da responsabilidade da contratada, de análise do Relatório de Atividades. Resposta da ÁREA TÉCNICA: realizada a alteração do item 8.1, alínea "x" para retirar a obrigação de análise dos relatórios de atividades de estágio por parte da Contratada. 6) QUESTIONAMENTO: aa) informar ao TRE-BA sobre exigências específicas dos conselhos fiscalizadores profissionais quanto à supervisão de estágio; Solicitamos revisão deste item visto que os conselhos da profissão normatizam a atividade profissional e não do estudante ainda em formação. Ressaltamos ainda que o estágio é ato educativo de responsabilidade da Instituição de Ensino e previsto no Projeto Pedagógico, sendo estas responsáveis por autorizar as condições do estágio e acompanhar através do recebimento do Relatório de Atividades apresentado pelo estagiário e Supervisor de Estágio semestralmente. Resposta da ÁREA TÉCNICA: tendo em vista o Art. 5º, § 3º, da Lei 11.788/2008 que dispõe: "Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.", entendemos que o agente de integração, como auxiliar no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio, deve acompanhar as recomendações específicas dos conselhos profissionais quanto ao estágio. 7) QUESTIONAMENTO: ac) julgar os recursos administrativos interpostos por candidatos, subsidiar as informações para a defesa em ações judiciais ou procedimentos administrativos iniciados em desfavor da contratante e responder as que em seu desfavor sejam ajuizadas no prazo de até 3 (três) dias úteis. Considerando que os recursos citados neste item referem-se ao processo seletivo, visto que serão interpostos por candidatos, solicitamos dilação do prazo de resposta para 10 dias. Ressaltamos que os recursos devem ser analisados por banca de profissionais de elaboração de prova assim como, deve cumprir o princípio da transparência com a devida publicação da resposta, necessitando de prazo para sua correta execução. Resposta da ÁREA TÉCNICA: realizada a alteração do item 8.1, alínea "ac" para constar o prazo de 5 (cinco) dias úteis para julgar os recursos administrativos interpostos por candidatos. Nas situações de ações judiciais, em que o prazo de resposta é indicado pela Advocacia Geral da União, será estabelecido prazo razoável, de modo a viabilizar resposta tempestiva deste Tribunal (inclusão da alínea "ad" do item 8.1). 8) QUESTIONAMENTO: Penalidades pela inexecução das obrigações: g) atrasar a comunicação ao Contratante das alterações na situação escolar do estagiário - 1%, por dia de atraso, até o limite de 10 dias, sobre o valor da taxa de administração multiplicada pelo número de estagiários cuja comunicação foi efetuada com atraso; Solicitamos revisão deste item, com a sua exclusão, considerando que a informação de que trata este item é de poder do Estagiário ou da Instituição de Ensino, que será parte integrante do Termo de Realização do Estágio. Ressaltamos que o Contratado somente conseguirá cumprir esta exigência se informado pelas partes que detém a informação. Resposta da ÁREA TÉCNICA: considerando a realização da alteração do item 4.1, alínea "g"

do Termo de Referência, para constar que a comunicação ao TRE-BA deverá ser feita a partir da informação da instituição de ensino ao agente de integração, o item 10.1, "g" foi mantido inalterado. 9) QUESTIONAMENTO: o edital estabelece: responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato (..) Resposta da SEÇÃO DE LICITAÇÕES: trata-se de cláusula constante no nosso modelo padrão de edital para serviços. Como bem ressaltou a licitante, a Contratada é responsável pelo pagamento dos encargos referentes a seus empregados porventura utilizados para execução do contrato. Dessa forma, deve responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais de seus empregados, não podendo a Administração ser responsabilizada subsidiariamente ou solidariamente. Quanto ao Estágio, não gera vínculo empregatício nem com a contratada, nem com o contratante, cumprindo-se as exigências da Lei de Estágio. 10) QUESTIONAMENTOS: o edital estabelece: prestar garantia de adequação dos serviços. Solicitamos esclarecer como deverá ser prestada a referida garantia. Resposta da SEÇÃO DE LICITAÇÕES: trata-se de cláusula constante no nosso modelo padrão de edital para serviços. Na republicação, reavaliaremos a pertinência das cláusulas-padrão em relação ao serviço em tela. Atenciosamente, Milena Austregésilo Herêda Analista Judiciário | SELIC|PREGOEIRA 7318

**Fechar**